

O CONCEITO DE TERRITÓRIO: REFLEXÕES CONCEITUAIS E OS ENFOQUES NA GEOGRAFIA CONTEMPORÂNEA

Mariane de Oliveira Fernandes¹

¹ Mestranda em Geografia e Geosciências. Universidade Federal de Santa Maria. Email: marianejf@gmail.com

RESUMO

Ao pensar nos aspectos sociais que tangem o estudo das sociedades, remetemos ao conceito de território e suas implicações com relação aos agentes sociais políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço. O estudo das diferentes acepções do território é fundamental para a formação do geógrafo, pois o espaço, o território, a região e a paisagem são os conceitos-chave da ciência geográfica e foram adquirindo concepções variadas no decorrer da história do pensamento geográfico, sendo trabalhados de diferentes maneiras pelos principais autores que contribuíram para um enriquecimento maior dos principais conceitos da Geografia. O conceito de território foi resgatado, na Geografia e no Brasil, no final da década de 1980 em distintas escalas, mas, sobretudo na escala intraurbana, em decorrência das minorias conformando novos arranjos espaciais, tendo como matriz as diferenças culturais.

Palavras – chave: Território; Estado; poder; territorialidade; agentes sociais

THE CONCEPT OF TERRITORY: REFLECTIONS AND CONCEPTUAL APPROACHES IN CONTEMPORARY GEOGRAPHY

ABSTRACT

When thinking of the social aspects that concern the study of societies, we refer to the concept of territory and its implications regarding the social political and economic agents, interfering in the management of space. The study of the different meanings of the territory is essential for the formation of the geographer, as space, territory, region and landscape are the key concepts of science and geographical conceptions were acquiring varied throughout the history of geographical thought, being worked different ways by the authors who contributed to a greater enrichment of the main concepts of geography. The concept of territory was rescued in Geography and in Brazil in the late 1980s in different scales, but especially on the scale interurban, due to minorities conforming new spatial arrangements, with the array of cultural differences.

Keywords: Territory, state, power, territoriality, social agents

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscar-se-á resgatar e explicitar reflexões sobre o conceito de território desenvolvidos por diversos autores e, principalmente, enfatizar os

aspectos trabalhados nas diferentes concepções.

Cada autor, dependendo da sua linha de trabalho e de suas concepções teórico-metodológicas, dá ênfase a alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto

econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção.

Se faz necessário uma contribuição analítica e conceitual do território da Geografia para a discussão da abordagem territorial, a qual é essencialmente normativa. Em especial, enfatiza-se a questão da participação como elemento-chave para o desenvolvimento territorial, a partir da discussão da Geografia sobre território e territorialidade.

O conceito de território foi resgatado, na Geografia e no Brasil, no final da década de 1980 em distintas escalas, mas, sobretudo na escala intraurbana, em decorrência das minorias conformando novos arranjos espaciais, tendo como matriz as diferenças culturais.

A Geografia atual não mais se atém à vinculação entre território e Estado, considerando que há territórios não-subordinados diretamente a qualquer tipo de organização de Estado, como aqueles de atuação de grandes corporações.

A origem do conceito de território e suas relações O termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de *terra* e significa pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o “prolongamento do corpo do príncipe”,

aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes. Sabe-se que as noções de espaço e de território são distintas. Segundo Raffestin (1993), o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço.

O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, segundo Raffestin (1993) também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas como a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Entende-se que o território seja objeto de análise sob diferentes perspectivas – geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, entre outros – , que o percebem, cada qual, segundo suas abordagens específicas.

O território assume ainda significados distintos em cada formação socioespacial. No que tange o mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades

indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica.

Em sua origem, a noção de território foi vinculada estritamente à de território nacional, não apenas pela Geografia, mas também pela Ciência Política, Direito e outras mais. A abordagem clássica da Geografia política, inaugurada com a obra de Friedrich Ratzel em finais do século XIX, esteve, centrada no Estado-nação como unidade exclusiva de poder e única realidade representativa do político; e no território como fonte básica de poder do Estado, por sua vez entendido como um produto do meio físico.

Também na doutrina do Direito, o conceito de território esteve fundamentalmente vinculado ao território do Estado. Do ponto de vista jurídico, o território do Estado define-se como “o âmbito geográfico da jurisdição do Estado, ou a base física que delimita a jurisdição do Estado, ou ainda a área física ideal em que o Estado exerce jurisdição sobre pessoas e coisas”. Como já assinalado, a territorialidade, sob a ótica jurídica, delimita o âmbito territorial de validade e vigência espacial dos instrumentos legais. Foi com a dissolução da estrutura política

feudal e a criação de uma série de Estados na Europa Ocidental, a partir do século XV, que o Estado (ou Estado-nação) tornou-se a forma política moderna dominante, bem como o sistema inter-Estados o modo de organização das relações internacionais.

Os arranjos relacionados à formação dos Estados modernos – o afastamento de jurisdições, o estabelecimento de uma autoridade política em comunidades territoriais autônomas, a acomodação da diversidade cultural em fronteiras territorialmente soberanas e, por fim, a sua codificação mediante a legislação – representaram o estabelecimento de um sistema de territorialidade fundada na delimitação de Estados soberanos. À prática política foi dada uma localização na qual ocorrer: o espaço centrado no Estado territorial.

Desenvolvimento territorial

Nos últimos anos, o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais vem se fortalecendo nas ciências sociais. Esse interesse percebe-se, através das tentativas de diversos estudiosos em explicar o desenvolvimento (social e econômico) ascendente de algumas regiões rurais e o declínio de outras através da compreensão da sua configuração espacial. É perceptível que a variável espacial passou a obter grande

destaque e ser apontada por alguns estudiosos como de fundamental relevância para se compreender o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o desempenho dos atores e das instituições. Esse dinamismo é explicado com base na idéia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração) que ampliariam as relações sociais e, como consequência, favoreceriam o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento.

Por uma geografia do poder, é de autoria do geógrafo francês Claude Raffestin (1993), publicado em 1980. Raffestin parte de uma crítica ao que denomina “geografia unidimensional”, ou seja, o território que se referencia, exclusivamente, ao poder estatal. De forma explícita, a análise deste autor vai de encontro à perspectiva ratzeliana. Segundo Raffestin (op. cit.), uma evidência clara dessa exacerbação do poder estatal, em Ratzel, está na caracterização dos conflitos que seriam tão-somente aqueles entre Estados – guerra entre Estados –, enquanto, outras formas de conflitos não seriam consideradas relevantes. Como alternativa analítica a esse território estatal, Raffestin defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais. Assim, coloca-se em

proeminência uma geografia do poder ou dos poderes, e uma melhor significação da geografia política. Daí, decorre uma diferenciação conceitual importante: enquanto a geografia política assumiria a análise da multiplicidade de poderes e, portanto, dos múltiplos atores, a geopolítica abordaria o poder de um Estado ou da relação entre dois ou mais Estados, esta sim uma geografia do Estado. Em relação ao poder, Raffestin, explicitamente calcado no pensamento de Michel Foucault, coloca que

“[o] poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;... [as] relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;” e “onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Na perspectiva de Raffestin, o território entende-se como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas

concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização- desterritorialização- reterritorialização, baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, de símbolos e/ou de significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização).

Para Santos (2002), vivemos como uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. Para este autor é o uso do território e não o território em si mesmo que faz dele objeto da análise social. A interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território.

Santos e Silveira (2001) por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidades como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Para este mesmo autor, “num sentido mais restrito, [...] o território é um *nome político* para o espaço de um *país*. Em outras palavras, existência de um país supõe um território.” (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 19) O território é

visto como unidade e diversidade, ou seja, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

Na obra “*O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*”, Os autores vem dialogar sobre o uso do território podendo ser definido pela implantação de infraestrutura também denominado sistemas de engenharia e pelo dinamismo da economia e da sociedade. Aponta “[...] os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira [...] configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 21). Nesta obra o autor leva em consideração tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, etc) como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científico destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. Nesta obra, Milton Santos e María Laura Silveira vem mostrar um pouco do retrato das novas quantidades e das qualidades do território vistas de maneira dinâmica.

No panorama atual do mundo com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente

globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, Haesbaert (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão.

Para o mesmo autor, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas. Haesbaert (1997) também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a des-territorialização.

No entanto, é importante destacar que:

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele

diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412)

É importante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica.

Podemos então afirmar que o território, está inserido em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço. Segundo Haesbaert, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (Haesbaert, 2004, p.95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um pouco como na distinção entre espaço e território feita por autores como Raffestin (1993). De certa maneira podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e

dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista).

A discussão do conceito de território, no cenário brasileiro, tem seu retorno marcado pelo trabalho de pesquisa da geógrafa Bertha K. Becker, sobretudo, no artigo O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo, publicado no ano de 1983. Neste texto, a autora traz à tona, também, a crítica ao conceito de território com vinculação exclusiva no poder do Estado-nação, como única realidade representativa dos aspectos políticos, utilizando-se, explicitamente, da obra de Raffestin (1993). Além da constatação da existência de múltiplos poderes, ela ressalta que, no plano internacional, as organizações supranacionais, como por exemplo, as empresas multinacionais, vêm confrontando o poder do Estado de forma cada vez mais vantajosa para as primeiras. Portanto, o conceito de Estado e, conseqüentemente, de território estatal deve ser alterado para assimilar, de um lado, os poderes de escalas inferiores ao estatal, dessa forma presentes dentro do âmbito jurídico e político do Estado, entretanto não-estatais; e, de outro, os poderes de escalas superiores (supranacionais). Nesse sentido, Becker declara: “face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se,

pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais” (1983, p.7). Esses poderes em escalas inferiores (intra-estatais) têm colocado, segundo Becker (1983, p. 9), “a região na escala local [lugar] [...] como escala espacial ótima tanto para a organização de movimentos reivindicatórios – regionalismos – como para a política espacial do Estado” considerando-se região como base para o poder territorial. Além dos pensamentos dessa autora, impõe-se, de forma forte e indelével, a consideração da metáfora do “retorno” do território de que fala Santos, em que os territórios habitados (por pessoas comuns) confrontam-se com duas tendências contemporâneas; de um lado, a tendência de expansão e, conseqüente, imposição para todos os cantos do mundo das relações capitalistas de produção – processo de mundialização –, e, de outro, a tendência de homogeneização dos costumes e usos, sobretudo no que diz respeito ao consumo individual – processo de globalização. É evidente que essas situações não ocorrem de maneira absoluta, ou seja, cada local não é totalmente autônomo ou, no outro extremo, totalmente heterônomo (regulado pelo outro), o que ocorre são situações híbridas e assimétricas. Essa perspectiva é essencial, na conceituação do território, para a compreensão da realidade social.

Rogério Haesbaert, geógrafo, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde dirige o Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização na obra “*O mito da desterritorialização*”, o autor trata da amplitude do conceito de território e diz que “Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição em outras áreas [...]. (HAESBAERT, 2004, p. 37). Sabe-se que o conceito de território é amplo abarcando diversas ciências do conhecimento.

Haesbaert relata que

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a concepção de Estado); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica,

principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” ontemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p.37)

Percebe-se como é ampla a discussão do tema território e a Geografia encontra-se inserida em todas as discussões de âmbito político, cultural e econômica. Podemos dizer que o mundo denominado “moderno” é recoberto por inúmeros territórios, justapostos ou parcial ou totalmente recobertos entre si, contínuos ou descontínuos, permanentes ou temporários. Esta pluralidade de territórios aponta para a sua força como componente essencial para a vida social.

O território e o uso do capital

Um outro aspecto da reafirmação do uso do território é o fenômeno que Milton Santos (1996) chamou de “guerra dos lugares”, que utilizou para falar das especialidades dos municípios ao vender

seu território como mercadoria às grandes empresas multinacionais. Haesbaert fala da evidência do território neste período ao contrário do seu desaparecimento:

[...] os municípios para oferecer as condições mais vantajosas em termos de subsídios, infraestrutura, mão-de-obra e imagem, mostram que o espaço – e o território – em vez de diminuir sua importância, muitas vezes amplia seu papel estratégico, justamente por concentrar ainda mais, em pontos restritos, as vantagens buscadas pelas grandes empresas e pela intensificação da diferenciação de vantagens oferecidas em cada sítio (HAESBAERT, 2004, p. 187).

Nessa perspectiva, o processo que se convencionou chamar de globalização, ao contrário de resultar na eliminação do território como consequência da fragmentação e fragilização do trabalho, condicionou a produção de um novo complexo geopolítico de território. Que Haesbaert (2004) vai chamar de multiterritorialidade; onde as territorialidades, regidas pelo princípio da exclusividade, que predominaram no mundo moderno estariam cedendo lugar ao mundo das multiterritorialidades, que

respondem diferentemente aos interesses de cada momento e lugar, de uma determinada sociedade. O autor define esse conceito como sendo:

[...] a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna” da reterritorialização – consequência do capitalismo pós-fordista da acumulação flexível, das relações sociais construídas através dos territórios-rede – sobrepostos e descontínuos. (HAESBAERT, 2004, p.338)

A formação de territórios descontínuos passa a ter então, classificações em escalas diferentes, que são apontadas pelo autor como: a) *territorializações mais fechadas*, caracterizada pela uniterritorialidade, onde pouco ou nada se admite de diversidade de poderes e identidade; b) *territorializações tradicionais*, marcada pela homogeneidade interna através de uma identidade nacional; c) *territorializações mais flexíveis*, que permitem a multifuncionalidade territorial como o caso das grandes metrópoles, onde se observa diversos territórios num mesmo espaço; d) *territorializações efetivamente múltiplas*, resultante da combinação particular de controles, concretizada pelos territórios individuais ou de grupos.

Essa multiplicidade de territórios se concretiza por meio da concepção de uma sociedade de redes que permite interligar as várias formas da reprodução das relações sociais. Desse modo, o território se produz pela interação dos territórios-rede, onde se cruzam as diversas manifestações territoriais.

A existência da multiterritorialidade, que se dá a partir de uma sociedade reproduzida por meio das redes, é estabelecida ainda, pelo que Haesbaert (2004) vai chamar de “globalização”, que nada mais é do que um processo dialético entre o global e local, ou seja, as situações locais não podem mais ser reconhecidas nem como locais e nem como globais, mas pela combinação dos dois processos.

Santos (1996), também aponta a dualidade do local e global na influência do território no momento atual. Contudo, para ele, as redes expressam o movimento da verticalidade, constituindo apenas uma parte do espaço e não do espaço de todos. Para esse autor, o território tem um sentido peculiar e por isso é acrescido de novas interpretações; nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.

A intensificação do processo de internacionalização do capital, que se

convencionou chamar de globalização após década de 1980, trouxe como consequência a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional, que foi viabilizado pelo avanço das novas tecnologias, principalmente no ramo da informação, e pela acentuada desregulamentação financeira do mercado.

Diante disso, muitos geógrafos e cientistas sociais se colocaram na defesa de que esse processo justificaria o fim do território devido ao nascimento de um mundo dominado não mais pelas relações interestatais e sim pela mobilidade e fluidez do capital. Sem dúvida, se cria um espaço dos fluxos, materializado na hegemonia dos grupos transnacionais, porém “o capitalismo avançado e as mudanças produtivas [...] não aboliram nem anularam o espaço, mas pelo contrário, lhe deram novo significado, nova dimensão e nova estrutura” (CICCOLELLA, 1996, p. 297). Haesbaert (2004), que para formular a idéia da multiterritorialidade, estudou a chamada “desterritorialização” aponta para o fato de que a partir da interpretação de Marx pode-se visualizar que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção preexistente para reterritorializar segundo sua própria dinâmica. Então, observa-se que está associado o processo de internacionalização e as novas formas de territorialidades que vão passar a ser regida,

em grande parte, pelo movimento das grandes empresas multinacionais. Certamente, o poder do mercado só começa a ter influência na organização da sociedade com o decréscimo contínuo do poder estatal.

Para os turiferários da globalização, a necessária adaptação pressupõe que a liberalização e a desregulamentação sejam levados a cabo, que as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado (SANTOS, 1996, p.25).

Santos ainda fala do papel tirânico do mercado e da insuficiência do Estado:

Nos espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido para deixar campo livre à ação soberana do mercado (SANTOS, 1998, p.34).

Milton Santos definiu o avanço da mundialização como meio técnico-científico-informacional. O espaço geográfico, entendido dessa forma, é constituído por um grande conteúdo em

ciência, técnica e informação, daí resultando uma nova dinâmica territorial. Isso se deve, sobretudo, ao processo de globalização marcado, entre outros aspectos, pela expansão das empresas multinacionais, que investem maciçamente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e sistemas de produção. Essa situação leva a um tipo de produção com um conteúdo em ciência, tecnologia e informações cada vez maior.

[...] no começo da vida o homem organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos, [...] essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. (SANTOS, 1998, p. 18)

Nesse sentido, a sociedade mundializada exige uma civilização homogeneizada para a padronização da mercadoria, estabelecendo assim novas relações sociais, até mesmo nos lugares

mais longínquos. Esse novo modelo de organização social, que nada mais é do que a forma mais desenvolvida do capitalismo, experimentada pela sociedade burguesa, faz com que os lugares sejam mesclados de experiências locais e mundiais, e é a partir disso que novas territorialidades podem ser construídas, como síntese das novas experiências.

Outro aspecto importante da discussão do território em tempos da mundialização do capital é a nova divisão internacional e espacial do trabalho. Segundo Benko (1996) “[...] as diferentes fases do processo de produção são atribuídas no espaço de modo diferenciado, em função de suas características tecnológicas e do nível de qualificação que requerem” (BENKO, 1996, p.52). Complementando esse pensamento, cabe a citação de Chesnais que diz que “[...] integraliza entre o mercado oligopólio – a mercadoria, as novas tecnologias, mas não o trabalho – permitindo que as companhias explorem a seu bel-prazer as diferenças de remuneração do trabalho em diversas regiões.” (BENKO, 1996, p.40) Dessa forma, a internacionalização impõe não só a movimentação do capital, mas reorienta o território do trabalho produtivo nos países periféricos, condicionando-os às suas regras e necessidades. Diversas obras atuais vem sendo discutido o território, sendo este dotado de grande

diversidade. Cito como exemplo, a obra *“Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira”*, contendo 10 artigos oriundos de pesquisas no período de 1990 à 2011 com o objetivo de resgatar um dos conceitos-chave da ciência geográfica: o território bem como suas articulações com a prostituição e suas manifestações no urbano. Nesta obra são utilizadas referências estrangeiras concernente a categoria território como Sack e Raffestin.

Os territórios da prostituição constituem formas multifacetadas e imbricadas de relações sociais que se apresentam no interior de diversos territórios – justapostos e superpostos – constitutivos da sociedade em geral. São sempre territórios em tensão com outras territorialidades.

Concepções atuais sobre o território

Ao pensar sobre as perspectivas do território, ao ler diversas obras, artigos e ensaios sobre tal temático, é nítida como tal categoria geográfica vem sendo discutido e debatido em vários âmbitos que circundam a Geografia na contemporaneidade.

O artigo “O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição” do autor Jean Carlos da Silva presente na obra *“Território, Sexo e prazer*

de 2011” vem discutir o conceito de território na Geografia e sua aplicabilidade no estudo dos territórios da prostituição. Na primeira parte do artigo o autor apresenta o conceito de território na Geografia, que ao longo do tempo adquiriu novos significados bem como a formação de territórios dotados de iniciativas individuais e coletivos no que o autor apresenta como territorialidade. Na segunda parte são feitas análises de como se desenvolvem territorialidades urbanas, especialmente as territorialidades da polícia e dos grupos de profissionais do sexo, já na terceira parte são vistos como se formam os territórios da prostituição e o lugar destinado à prostituição nas cidades.

Para Silva (2011) uma preocupação atual é o estudo das territorialidades. Podendo ser entendida

[...] como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar recursos e pessoas, por controle de área. Essa estratégia está intimamente ligada ao uso da terra (entendida como área geográfica) pelas pessoas, com a sua organização espacial e com o significado que o lugar tem pra elas. SILVA, 2011, p. 25)

O autor baseia-se em Robert Sack, geógrafo norte-americano Robert Sack no

qual na obra, “*Human territoriality*” examina a territorialidade humana na perspectiva das motivações humanas. A territorialidade pode ser afirmada por diversas formas, entre elas direitos legais de um país sobre determinada área: forma bruta; normas culturais; proibição sobre o uso de áreas; formas sutis de comunicação semelhantes à postura do corpo. A territorialidade humana não é um instinto nem um poder essencialmente agressivo, mas a primeira expressão geográfica do poder.

Para Silva (2011), a territorialidade não pode existir a não ser que exista uma tentativa individual ou de grupo no sentido de afetar a interação dos outros. O autor ainda discute os territórios urbanos sendo estes “demarcados por um limite de atuação de uma delegacia de polícia ou de um distrito escolar.” (SILVA, 2011, p. 27)

Outros territórios urbanos são demarcados por limites simbólicos, como posturas, formas de condutas, vestimenta, e até mesmo formas de comunicação oral. O limite da atuação territorial, pode ser, então, um limite cultural, comportamental, social, em que a pessoa “diferente” não pode usufruir do mesmo espaço por não “pertencer” a ele. Nesse sentido, a formação de *guetos* pode ser considerada a imposição de uma territorialidade de exclusão, pois os indivíduos aí incluídos não controlam o território ao qual

pertencem, nem sentem orgulho de tal pertencimento. O que pode ocorrer é a tentativa de grupos dentro do *gueto* de tomarem a posse do território, deixando ele de ser um *gueto* para se transformar em território de determinado grupo. (SILVA, 2011, p. 27)

O autor destaca que outros territórios urbanos são bem mais demarcados porem excluídos. Como exemplo, pode-se destacar

[...] os territórios da prostituição são defendidos pelos profissionais do sexo (prostitutas, michês e travestis) ao mesmo tempo que segregados por outros grupos; os territórios do tráfico de drogas possuem uma territorialidade altamente disputada entre grupos de traficantes e a polícia; outros territórios organizados por diferentes grupos (de religiosos, de homossexuais, entre outros) e gangues são também demarcados por estratégias territoriais. Além disso, os territórios organizados por condomínios excluídos de alta renda e shopping centers mantêm territorialidades de exclusão para com os indivíduos que estão fora do território. (SILVA, 2011, p. 27)

Para este autor, o território ao mesmo que em que dá identidade ao grupo, é base para a afirmação de seu poder, sendo o controle do território fonte de poder.

Na obra *“Geografia e Território: Interpretações do espaço brasileiro”* escrita no ano de 2010 contem artigos com síntese de resultados de dissertações e teses defendidas em 2009 pelo programa de pós UNESP/RC – o uso do território. Um dos artigos intitulado: “A atualização territorial recente no sudoeste da Amazônia: Lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre” de Pereira e Kahil (2010) avaliou os processos recentes de modernização do sudoeste amazônico (estados de Rondônia e Acre) quem em sua face geográfica mais direta, foram reconhecidos como um processo de “atualização do território” Com instalações de novas infra-estruturas com vistas a tornar o território apto e competitivo para um trabalho “moderno”, sobretudo aquele trabalho que interessa a agentes e lugares diferentes. Outro artigo defende o sistema financeiro e política de organização do meio geográfico: o território como recurso. São citados geógrafos como David Harvey (1982;1992), Jean Labasse (1974), Olivier Dolffus (1993), Pierre Monbeig (1957) e Milton Santos (1996, 2001) identificando que tais autores já se ocuparam com o tema. Investigaram e se propuseram a compreender a dinâmica do sistema

financeiro, abordando vários de seus aspectos, tanto aqueles relacionados à concentração territorial, quanto aqueles que se referem à difusão das redes técnicas bancárias.

Outro exemplo desta mesma obra é o artigo “As articulações do turismo com os arranjos produtivos locais: especificidades e interdependências no desenvolvimento territorial”, que procurou investigar o turismo e seus impactos no território, o desenvolvimento local e os circuitos turísticos e arranjos produtivos locais. Os autores do artigo, Santos e Pires (2010) concluíram que as atividades turísticas podem atuar como impulsionadoras nas etapas iniciais do desenvolvimento econômico de um território. O aumento da demanda provocada pelos turistas ocasiona mais investimentos, e conseqüentemente o aumento da produtividade, e em muitos casos restaurando a competitividade. Assim, essa mudança no modo de produção deve assegurar, além da mudança na produtividade, assegurar um quadro de aumentos salariais que permita a manutenção da rentabilidade e proteger mercado interno do local.

Considerações finais

Na atual sociedade - que tem como principal característica no desenvolvimento do modo de produção capitalista o fluxo e a

interdependência do capital - a integração e as dinâmizações das sociedades nacionais, que ficaram difundidas como “sociedade globalizada”, além de reproduzir desigualdades, apresenta uma nova interdependência ao conectar econômica e culturalmente as regiões mais longínquas. Dessa forma, não só os indivíduos vivenciam experiências novas, como novas categorias são criadas ou transformadas no seu interior.

O território, nesse sentido, passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades, diante às novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade.

O território passa a ser concebido como *territórios-rede* marcados pela descontinuidade e pela fragmentação, possibilitando assim, a constante passagem de um território para outro. Isso significa que, em um mesmo dia, em um mesmo lugar, dependendo da hora ou de circunstâncias especiais, um cidadão pode perceber diversos sinais de territorialização.

Na perspectiva atual o conceito de território com o passar do tempo foi-se ampliando e passando a considerar como questão determinante, no que se refere à caracterização de um território, a

apropriação do espaço, seja pelo domínio ou, quem sabe, pela própria exclusão política, social, econômica entre outras, que provoca a luta por determinada parte do espaço, de acordo com a necessidade ou com o sentimento de posse. Assim o conceito de território passa a considerar as relações de uso e de poder no espaço. O conceito passa a analisar a luta entre os grupos sociais, os impactos no território oriundo de diversos aspectos e de ordem social, impressa no espaço pela formação de territórios de diferentes ordens.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). Território: globalização e fragmentação. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CICCOLELLA, Pablo José. Desconstrução / reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). Território: globalização e fragmentação. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira;
FERREIRA, Enéas Rente. Geografia e
Território: Interpretações do espaço
brasileiro. Rio Claro: IGCE/UNESP,
2010.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto.
Processos planetários e fronteiras
móveis: reflexões a partir da obra de
Milton Santos. In BRANDÃO, Maria A.
(org^a). Milton Santos e o Brasil. São
Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,
2004.

HAESBAERT, R. O mito da
desterritorialização: do “fim dos
territórios” à multi- territorialidade. Rio
de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

LEFEBVRE, H. La Production de
l’Espace. Paris : Anthropos, 1986.

PEREIRA, Mirlei F. V.; KAHIL, Samira
P. A atualização territorial recente no
sudoeste da Amazônia: Lógicas
exógenas e dialéticas endógenas em
Rondônia e Acre. In: FERREIRA,
Darlene A. de Oliveira; FERREIRA,
Enéas Rente. Geografia e Território:
Interpretações do espaço brasileiro. Rio
Claro: IGCE/UNESP, 2010. p.19-36

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do
Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

RIBEIRO, Miguel Angelo;
OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.).
Território, sexo e prazer: olhares sobre o
fenômeno da prostituição na geografia
brasileira. Rio de Janeiro: Gramma,
2011.

SANTOS, Milton. O retorno do
território. In SANTOS, Milton; SOUZA,
Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria
Laura. (org’s). Território: globalização e
fragmentação. 3.ed. São Paulo:
HUCITEC, 1996.

_____. Técnica, espaço, tempo,
globalização e meio técnico - científico -
informacional. 4. ed. São
Paulo:HUCITEC, 1998.

_____; SILVEIRA, M.L. O.
Brasil: território e sociedade no início do
século
XXI. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo:
Record, 2001.

SANTOS, José Eduardo França dos.
PIRES, Elson Luciano Silva. As
articulações do turismo com os arranjos
produtivos locais: especificidades e
interdependências no desenvolvimento
territorial. In: FERREIRA, Darlene A.
de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente.
Geografia e Território: Interpretações do
espaço brasileiro. Rio Claro:
IGCE/UNESP, 2010. p.81-100

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de
Território na Geografia e a
Territorialidade da Prostituição. In:
RIBEIRO, Miguel Angelo;
OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.).
Território, sexo e prazer: olhares sobre o
fenômeno da prostituição na geografia
brasileira. Rio de Janeiro: Gramma,
2011. p. 19-41